



**PARECER PRÉVIO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11240/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Carlos Gonçalves de Sousa Neto (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2002/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Uarini, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2016, Gestão do Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

- 11- **Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 20 de Maio de 2020
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11240/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Carlos Gonçalves de Sousa Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2002/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2016.

Revelia. Determinação. Irregularidade. Alcance. Multa.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, bem como as Empresas Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, Ar Puro Refrigeração – ME e Lachi e Figueiredo Administração de Obras Ltda. – EPP, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentarem razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender às notificações desta Corte de Contas;
- 10.2. **Determinar** à Câmara Municipal de Uarini, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o prazo de 60 dias para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal;
- 10.3. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Uarini, referente ao exercício de 2016, tendo como responsável o Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito e Ordenador de



**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;

- 10.4. Considerar em Alcance** o Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito e Ordenador de Despesas, no montante de **R\$ 8.350.069,18 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil, sessenta e nove reais e dezoito centavos)**, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos abaixo discriminados, que devem ser recolhidos, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Uarini, ficando o DEREX autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM :
- 15-** No valor de **R\$ 199.300,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos reais)**, por gastos não comprovados em favor da Administração Pública Municipal, conforme os **itens 33 e 34**, da fundamentação deste Voto;
- 16-** No valor de **R\$ 1.433.175,81 (um milhão, quatrocentos e trinta e três mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)**, por ausência de procedimento licitatório nas despesas realizadas pelo gestor, no exercício de 2016, **item 49**, da fundamentação deste Voto;
- 17-** No valor de **R\$ 3.485.583,31 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos)**, por ausência da comprovação das despesas realizadas no exercício de 2016, **item 50**, da fundamentação deste Voto;
- 18-** No valor de **R\$ 437.703,15 (quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e três reais e quinze centavos)**, por ausência do Ato de designação do servidor, identificando o destino e o objetivo a ser atendido, relatório de viagem e o comprovante de deslocamento (bilhete de viagem aérea, fluvial e/ou terrestre), e outros documentos pertinentes a diárias, **item 51**, da fundamentação deste Voto;
- 19-** No valor de **R\$ 466.959,59 (quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, com solidariedade da Empresa Ar Puro Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no **item 57.21**, da fundamentação deste Voto;
- 20-** No valor de **R\$ 163.372,50 (cento e sessenta e três mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**, pela irregularidade constante no **item 58.12**, da fundamentação deste Voto;
- 21-** No valor de **R\$ 683.854,31 (seiscentos e oitenta e três mil,**



**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima - Refrigeração - ME, pela irregularidade constante no item 59.20, da fundamentação deste Voto;**
- 22- No valor de R\$ 40.656,25 (quarenta mil, seiscientos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 60.21, da fundamentação deste Voto;**
- 23- No valor de R\$ 122.850,00 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta reais), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 61.21, da fundamentação deste Voto;**
- 24- No valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), pela irregularidade constante no item 62.18, da fundamentação deste Voto;**
- 25- No valor de R\$ 267.600,05 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscientos reais e cinco centavos), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 63.8, da fundamentação deste Voto;**
- 26- No valor de R\$ 213.978,38 (duzentos e treze mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), com solidariedade da Empresa Lachi e Figueiredo Administração de Obras Ltda. – EPP, pela irregularidade constante no item 64.8, da fundamentação deste Voto;**
- 27- No valor de R\$ 150.534,33 (cento e cinquenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), pela irregularidade constante no item 65.12, da fundamentação deste Voto;**
- 28- No valor de R\$ 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 66.11, da fundamentação deste Voto;**
- 29- No valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), com solidariedade da Empresa Ar Puro Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 67.20, da fundamentação deste Voto;**
- 30- No valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), com solidariedade da Empresa Francisco de Souza Lima – Refrigeração – ME, pela irregularidade constante no item 69.21, da fundamentação deste Voto;**
- 31- No valor de R\$ 70.001,50 (setenta mil, um real e cinquenta centavos), pela irregularidade constante no item 70.13, da fundamentação deste Voto.**



**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “a”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, I, “a”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, pelo descumprimento do prazo e/ou ausência na inserção dos dados contábeis (janeiro a dezembro/2016), perfazendo o montante de **R\$ 20.481,60 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)**, constante no **item 14**, da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Aplicar Multa** ao Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “b”, da Resolução n.º. 04/2002-TCE/AM pelo descumprimento do prazo no envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (1º, 2º, 4º 5º e 6º bimestres/2016), perfazendo o montante de **R\$ 8.534,00 (oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais)**, constante no **item 16**, da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei





**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.7. Aplicar Multa** ao Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)**, nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 1 a 13, 15, 17 a 32, 35 a 48, 52 a 57.20, 58.1 a 58.11, 59.1 a 59.19, 60.1 a 60.20, 61.1 a 61.20, 62.1 a 62.17, 63.1 a 63.7, 64.1 a 64.7, 65.1 a 65.11, 66.1 a 66.10, 67.1 a 67.19, 68.1 a 68.19, 69.1 a 69.20 e 70.1 a 70.12**, da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.8. Aplicar Multa** ao Sr. Carlos Gonçalves de Sousa Neto, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98 (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos)**, conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, **itens 33, 34, 49, 50, 51, 57.21, 58.12, 59.20, 60.21, 61.21, 62.18, 63.8, 64.8, 65.12, 66.12, 67.20, 69.21 e 70.13**, da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo



**ACÓRDÃO Nº 13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.9. Determinar** o encaminhamento ao Ministério Público do Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

**11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral